



**FACULDADES MAGSUL**

EMILLY TAYANE VALDEZ PAIS

**ACESSIBILIDADE: UMA QUESTÃO PARA O PEDAGOGO DA  
FRONTEIRA**

PONTA PORÃ- MS  
2012

EMILLY TAYANE VALDEZ PAIS

ACESSIBILIDADE: UMA QUESTÃO PARA O PEDAGOGO DA  
FRONTEIRA

Monografia apresentada à Banca Examinadora das Faculdades Magsul de Ponta Porã, como exigência parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia. Sob a orientação da Professora Especialista Solange Sousa de Oliveira Alves.

PONTA PORÃ-MS  
2012

EMILLY TAYANE VALDEZ PAIS

ACESSIBILIDADE: UMA QUESTÃO PARA O PEDAGOGO DA  
FRONTEIRA

Monografia apresentada à Banca Examinadora das Faculdades Magsul de Ponta Porã, como exigência parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia. Sob a orientação da Professora Especialista Solange Sousa de Oliveira Alves.

**Data de aprovação:** 18 /12 /2012

**Local:** Faculdades Magsul de Ponta Porã

**Banca Examinadora:**

---

Orientador(a): Professora Especialista Solange Sousa de Oliveira Alves.

Faculdades Magsul

---

Membro: Professora Doutoranda Andréa Natália da Silva

Faculdades Magsul

---

Membro: Professora Mestre Roseli Áurea Soares Sanches

Faculdades Magsul

Dedico este trabalho às pessoas que estão ao meu lado lutando diariamente, fortalecendo-me na fé com muito amor, alegria, determinação, paciência e coragem, tornando os meus dias mais felizes e bonitos. Aos meus pais, Maria Esther e Antonio Gomes e, principalmente, ao meu irmão Alysso Mateus, pois é a fonte inspiradora para a elaboração deste estudo.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a DEUS, que foi meu maior porto seguro. Com a ajuda dele eu tive forças para chegar ao final dessa pequena jornada. O Criador do Universo que me deu toda coragem que eu precisava para ir além dos meus limites nestes quatro anos dedicados à Pedagogia e não me deixou faltar forças para ir até o final e quebrar as barreiras.

Aos meus PAIS Maria Esther Valdez e Antonio Gomes Pais. Ambos responsáveis pelo sucesso obtido em cada degrau avançado para o resto da minha vida. Durante todos esses anos vocês foram pra mim grande exemplo de força, de coragem, perseverança e energia infinita para nunca desistir diante do primeiro obstáculo encontrado. Vocês são e sempre serão meu maior porto seguro aqui embaixo, meu maior exemplo de vitória, meus heróis e simplesmente aqueles a quem mais amo. Obrigada por estarem sempre comigo. Obrigada simplesmente por participarem comigo durante essa caminhada, ajudando-me a construir os alicerces de um futuro que começa agora. Vocês me ensinaram direta e indiretamente lições para toda uma vida. Aguentaram meu stress, meus momentos de chatice, pelo meu medo de não conseguir dar conta, por estar sobrecarregada. Ao meu irmão, Alysson Mateus Valdez Pais, que foi a fonte inspiradora para pesquisar tal tema.

À minha prima Danieli Cristina Valdez que muitas vezes me socorreu nessa caminhada, que me ajudou nos momentos de dúvida.

À minha amiga Simone Cardoso Ignácio Velac que contribuiu também e a todas as minhas colegas de sala da turma de 2009-2012 de Pedagogia.

A todos os professores que ali passaram que transferiram seu conhecimento, plantando uma sementinha, a sementinha do conhecimento que aos poucos foi crescendo.

À minha orientadora Solange Sousa de Oliveira Alves, que me aceitou de uma hora, no susto. Obrigada por contribuir com tantos ensinamentos, tanto conhecimento.

À minha co-orientadora e membro da banca examinadora Professora Doutoranda Andréa Natalia da Silva pelo seu conhecimento, ensinamentos, tantas palavras de força e ajuda. Quando pensei em desistir da monografia, por já estar na metade do ano e eu não tinha quase nada, apenas projetos, estipulados em minha cabeça, mas nada escrito concreto. E também a Professora Mestre Roseli Áurea Soares Sanches por aceitar fazer parte da banca examinadora. Assim, agradeço as três e carrego tudo isso comigo juntamente com o exemplo de profissionalismo. Espero um dia conseguir chegar ao nível dessas grandes mulheres.

## RESUMO

O tema da pesquisa foi escolhido devido à presença de alguém com necessidades especiais na família que sofreu e sofre com a falta de acessibilidade nas edificações públicas, estabelecimentos comerciais e escolas. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica buscando-se referenciais para embasamento teórico sobre o tema e o estudo de caso baseado na observação, como metodologia de pesquisa. Justifica-se a relevância do estudo devido à necessidade de conscientização da sociedade em geral sobre os direitos a acessibilidade que todo deficiente tem e que lhe é assegurado em Lei. Os resultados obtidos demonstraram que apesar das iniciativas, tem-se um grande número de barreiras físicas e sociais que impedem o efetivo processo de inclusão nas instituições de ensino, de deficientes no mundo de todos. A acessibilidade significa dar condições e possibilitar a todos, segurança, autonomia, garantia de direitos, a fim de que possam viver com dignidade. Para garantir a acessibilidade precisa-se respeitar e conhecer os direitos humanos coletivos e individuais.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Escolas. Deficientes.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	
<b>2.1 O Pedagogo e os conhecimentos para educação especial .....</b>	<b>10</b>
2.1.2 <i>Educação</i> .....	11
2.1.3 <i>Pedagogia</i> .....	12
2.1.4 <i>Pedagogo</i> .....	13
2.1.5 <i>Multiculturalidade</i> .....	13
2.1.6 <i>As disciplinas</i> .....	14
<b>2.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA FRONTEIRA: ACESSIBILIDADE</b>	
2.2.1 <i>Educação Especial no Brasil</i> .....	17
2.2.2 <i>LDB</i> .....	19
2.2.3 <i>Interação Social dos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais</i> .....	22
2.2.4 <i>O Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Física</i> .....	23
<b>3 METODOLOGIA</b>	
3.1 <i>Caracterização do estudo</i> .....	25
3.2 <i>Caracterização da Área</i> .....	25
3.2.1 <i>Ponta Porã: Princesinha dos Ervais</i> .....	25
3.2.2 <i>Caracterização das Escolas</i> .....	27
3.3 <i>Desenvolvimento</i> .....	27
<b>4 RESULTADOS</b>	
4.1 <i>Acessibilidade na fronteira</i> .....	29
4.2 <i>Acessibilidade nas Escolas</i> .....	35
4.2.1 <i>Escola Estadual Geni Marques Magalhães</i> .....	36
4.2.2 <i>Escola Polo Municipal Ramiro Noronha</i> .....	39
4.2.3 <i>Colégio Objetivo Magsul</i> .....	41
4.2.4 <i>Centro de Educação Especial de Ponta Porã – APAE</i> .....	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>48</b>
<b>REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>49</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisadora nasceu em Ponta Porã, filha de pais naturalizados brasileiros e de descendência paraguaia, da união nasceu um casal de filhos, sendo que o caçula, por motivos de doença (meningite) com um ano e seis meses teve transtornos neuro-cerebral ocasionando necessidades especiais. Essa meningite é um vírus, na época não era muito conhecido pelos médicos do município, pensaram que fosse uma simples gripe só depois de ser levado para Dourados que os médicos constataram a meningite. Por causa da demora em detectar o que ele tinha acabou ocasionando sequelas. Assim por esses motivos muito significativos para a pesquisadora após iniciar os estudos nas Faculdades de Pedagogia Magsul, ao ter que pensar o seu tema de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pensou imediatamente em seu irmão, pois ele teve e ainda tem dificuldades para o acesso à educação escolar regular e também ao meio social.

Figura I: Alysson Mateus



Fonte: Arquivo pessoal

Estudou em duas escolas públicas sendo que do antigo Pré-escolar até o 1º ano do ensino médio na Escola Geni Marques Magalhães, passando depois para a Escola Estadual João Brembatti Calvoso concluindo lá seu ensino médio, onde já tinha em mente ingressar na graduação no ano seguinte.

Não sabendo ao certo que curso fazer, depois de uma palestra que as Faculdades Magsul fez na escola apresentando os cursos decidiu prestar vestibular para o curso de Pedagogia. Esse curso chamou a atenção pelas várias opções e áreas de trabalho que ele pode propiciar. E, também o qual pôde se perceber a grande influência da diversidade cultural e social existente. E, assim dessa forma em uma das diversas disciplinas que o curso

disponibiliza. O conhecimento sobre a inclusão e suas dificuldades encontradas, fez com que houvesse um amadurecimento de ideias para questionar sobre a inclusão e a falta de acessibilidade existente nas escolas do município. Pois conhece as dificuldades que uma pessoa com necessidade especial enfrenta, por ter um em sua família. E, também já está inserida na área escolar, como estagiária. E assim percebendo a falta de acessibilidade existente nas escolas para a execução das metodologias e das práticas educacionais na escola.

O referencial teórico dividido em duas seções, na primeira seção abrangerá os temas: educação, pedagogia, o pedagogo e a multiculturalidade e os conhecimentos para educação especial, assim se apresenta a formação de um pedagogo para atuar na educação especial ou na educação regular que também receba crianças com necessidades especiais reconhecendo no multiculturalismo as diferenças e valores existentes. Na segunda seção a Educação Especial na fronteira focando a acessibilidade diante da história da Educação Especial no Brasil, suas leis, a interação e ao atendimento especializado a pessoa com deficiência.

A metodologia caracterizando a área de estudo, como a cidade de Ponta Porã-MS, e as escolas.

E por fim, os resultados obtidos através da pesquisa observacional, descritiva realizada nos pontos de pesquisa, encerrando com as considerações finais, e as referências bibliográficas utilizadas para embasamento da pesquisa.

## 2 - REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta a formação de um pedagogo para atuar na educação especial ou na educação regular que também recebe crianças com necessidades especiais.

### 2.1 O PEDAGOGO E OS CONHECIMENTOS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Assim nos surge a questão sobre, qual o conceito de pedagogia, as influências na educação dessas crianças, qual o papel do pedagogo frente a educação especial e acessibilidade diante das leis e direito conforme a Lei de Diretrizes de Base (LDB) estabelece.

Inicialmente o termo pedagogia designava-se do grego antigo *paidagogós* composto da seguinte forma *paidos* (crianças) *egogia* (acompanhar, conduzir). Considerada nos dias de hoje um conjunto de saberes que compete a educação, aplicada e tratada como uma ciência de caráter psicossocial sendo a educação o objeto de estudo.

Assim de acordo Cambi:

Igualmente significativa é a figura do pedagogo, já um acompanhante – na Grécia – da criança, que a controla e estimula; figura que se transforma e se enfatiza no mundo mediterrâneo com a experiência dos “mestres da verdade” (diretores da vida espiritual e mestres das almas, verdadeiros protagonistas da formação juvenil, basta pensar em Sócrates), mas que se enriquece também com a experiência dos profetas hebraicos que são os educadores do povo, a voz educativa de Deus. O mundo antigo colocará como central esta figura de educador, espiritualizada e dramaticamente ativa na vida do indivíduo, reconhecendo-lhes qualidades e objetivos que vão além daqueles que são típicos do mestre-docente (CAMBI, 1999, p. 49).

Diante disso, entende-se que a pedagogia teve como filosofia inicial, o acompanhamento, o ensinamento de jovens e crianças por aqueles considerados mestres, que ocupavam lugar privilegiado no contexto educativo, ou seja, era o centro do processo de ensino e aprendizagem, pois eram detentores do saber.

No campo de estudos a pedagogia é um dos campos mais específicos que existem nos tempos de hoje, mas muitas vezes focado mais com a forma de ensinar, de cuidar de crianças, conforme Libâneo (2001)<sup>1</sup>cita:

---

<sup>1</sup>LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos...6 ed. Revista Educar, n. 17, p. 153-176. 2001. Curitiba: UFPR.

A ideia de senso comum, inclusive de muitos pedagogos, é a de que Pedagogia é ensino, ou melhor, o modo de ensinar. Uma pessoa estuda Pedagogia para ensinar crianças. O pedagógico seria o metodológico, o modo de fazer, o modo de ensinar a matéria. (LIBÂNEO, 2001, p. 154).

Na Grécia antiga o termo educação era denominada como “paidéia” , iniciando-se como comunitária e com tamanho desenvolvimento da sociedade tornando específica, onde a educação era somente para nobres e plebeus, já os escravos não tinham esse direito, então foi surgindo o pedagogo que além de acompanhar as crianças as escolas acabou se tornando responsável pela educação. Formando um indivíduo educado para a sociedade como um todo.

Assim os pedagogos adquiriram habilitações formando o docente para uma múltipla atuação profissional, compreendendo na participação na organização, gestão de sistemas e instituições.

### **2.1.1 Educação**

O fenômeno educacional se desenrola no tempo e faz parte da história geral, portanto, não é algo isolado e abstrato. Nesse sentido, não é um fenômeno neutro e sofre os efeitos da ideologia por estar de fato envolvido na política. A educação está estreitamente relacionada com a sociedade e a cultura de cada época, mantém viva a memória de um povo sendo mediadora entre indivíduo e sociedade, criando padrões de comportamento, instituições e saberes, que passam para gerações sucessivas, permitindo-lhes assimilar e modificar os modelos de uma determinada cultura.

O homem inserido no contexto social dissemina sua sobrevivência no instante que interage com o meio e adquire atitudes, valores, hábitos, comportamentos e conhecimentos, estes permitem sua sobrevivência em qualquer modelo de sociedade que viva. Segundo as considerações discutidas por BRANDÃO (1988) existem vários modelos de educação que o homem se submete e ela se manifesta nos diversos contextos de sua vida cotidiana, entendendo-se que o homem jamais poderá sobreviver ou participar da vida social, caso não estivesse presente os diversos tipos de educação.

A educação na visão *educare* significando dar algo a outrem, concebe o aluno como um ser passivo que é adaptado pelo sistema social em que vive, de forma que a sociedade lhe atribua todos os valores, indispensáveis ao aprendizado da vida social. Sendo assim, o professor e a escola assumem um poder extraordinário sobre o aluno, pois sua passividade no processo educacional é indispensável.

Assim, pode-se dizer que a educação é um procedimento dinâmico, e condiz com as necessidades sociais e a visão do homem que se idealiza em certo momento histórico, a educação apresenta a capacidade de habituar-se segundo os acrescentamentos que lhe são impostas, e quando analisadas historicamente observa-se que distintos povos utilizavam a educação como instrumento mudanças do poder, pretendendo satisfazer suas necessidades sociais.

Escreve a esse respeito o pedagogo alemão SCHMIED-KOWARZIK *apud* Libâneo (2000):

A educação é uma função parcial integrante da produção e reprodução da vida social, que é determinada por meio da tarefa natural e, ao mesmo tempo, cunhada socialmente da regeneração de sujeitos humanos, sem os quais não existiria nenhuma práxis social. A história do progresso social é simultaneamente também um desenvolvimento dos indivíduos em suas capacidades espirituais e corporais e em suas relações mútuas. A sociedade depende tanto da formação e da evolução dos indivíduos que a constituem, quanto a estes não podem se desenvolver fora das relações sociais (p. 24)

Considerando que o ser humano é social e constrói seus conhecimentos e relações a partir de sua interação com o meio em que está inserido acredita-se que a escola não é mais somente o lugar de ensinar o conhecimento para tornar-se o lugar onde o indivíduo aprende a conviver respeitando regras e conhecendo limites. O professor antes visto como transmissor de conhecimento, hoje é quem educa para a vida.

### **2.1.2 Pedagogia**

A Pedagogia tem como objetivo a formação escolar de crianças, com processos educativos, métodos, regras, formas de ensinar, mas, antes disso, é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa. O didata alemão SCHMIED-KOWARZIK 1983 (*apud* Libâneo, 2000) chama a Pedagogia de ciência *da e para* a educação, portanto é a teoria e a prática da educação. Ela tem um caráter ao mesmo tempo explicativo, e investiga teoricamente o fenômeno educativo, cria metodologias para a prática a partir da própria ação, e propõe princípios e normas relacionados aos fins e meios da educação.

Entende-se que no espaço de atuação do pedagogo, onde ele é o mediador, acontece à socialização dos conhecimentos produzidos ao longo da história da humanidade e é nesse contexto que o pedagogo trabalha para a construção da gestão, da autonomia pedagógica e administrativa, visando a valorização da produção efetiva de um trabalho conjunto e

comprometido que articule as atividades escolares com o órgão colegiado e demais segmentos presentes na escola.

### **2.1.3 Pedagogo**

O papel do pedagogo frente à multiculturalidade na fronteira é fazer com que os alunos tenham conhecimento das várias raças, costumes e valores étnicos existentes, isso deve ser trabalhado formando uma visão homogeneizadora, conduzindo-os com neutralidade.

Há vários desafios existentes, mas o docente tem que apresentar formas novas de metodologias, articulando a cultura e a identidade, valorizando a importância da diversidade étnica e cultural na configuração dos estilos de vida existentes na região de fronteira.

Segundo Bartnik (2003), é preciso ter clareza de que o trabalho pedagógico desenvolvido na escola não é um processo natural, espontâneo e muito menos ocasional. O trabalho pedagógico deve ser entendido como um processo intencional, organizado, dosado, sequenciado que deve ser construído de forma a oportunizar a participação de todos. A valorização da participação, de forma coletiva, deve se fazer presente nos processos de tomada de decisão e no estabelecimento de diretrizes, sem perder de vista o objetivo maior da instituição educativa, ou seja, a transmissão e reelaboração dos conhecimentos sistematizados pelas gerações anteriores.

Diante disso, entende-se que o papel do pedagogo é levar uma visão de futuro melhor para seus alunos, incentivando-os a buscar aprender e apreender cada vez mais e nunca desistir, pois obstáculos sempre têm e é tão bom superá-los para enfim dizer que foi difícil, mas venci.

A escola, segundo Prais (1994), torna-se um espaço de mediação entre sujeito e sociedade. O conhecimento torna-se fonte para efetivação de um processo de emancipação humana visando a transformação social. O papel político da escola é atrelado ao pedagógico. Aos que compõe a equipe diretiva e pedagógica da instituição, cabe agora dimensionar a prática pedagógica, no que diz respeito à intencionalidade, coerência, compromisso político com o processo de ensino e aprendizagem. Respeito ao outro, à organização participativa, planejamento e tomada de decisão. Supostamente, cabe observar que as ações definidas de forma coletiva passam a instigar mudanças.

### 2.1.4 Multiculturalidade

Os seres humanos são diferentes porque expressam diferentes identidades, ou seja, formas diferenciadas de serem humanos com necessidades e concepções diferentes. Diante disso, conceber a cultura como um extenso e contínuo processo de seleção e filtragem de conhecimentos e experiências, não somente de um indivíduo, mas de um grupo social, leva ao entendimento de que cada grupo identifica-se a determinada cultura, com diferentes características. Por isso, de acordo com Machado (2002), a teoria sobre a cultura tem sido progressivamente substituída pela idéia de culturas. E é nessa complexidade de relações de significados que surge a perspectiva multicultural.

Multiculturalidade ou multiculturalismo é o reconhecimento das diferenças, isto é, diferenças de valores, costumes, raças, etc.

As sociedades contemporâneas, nas quais é preciso diferenciação dos indivíduos para que se identifiquem enquanto seres humanos e enquanto membros de determinado contexto social, e, sobretudo, diante das possibilidades postas pela globalização, o conflito de culturas é inevitável e necessário. A globalização cada vez mais aproxima grupos de culturas diferentes. Assim, a diversidade cultural passa a ser alvo de intensos debates. Um grande desafio frente colocado por essa realidade é que se pretende o igual, mas ao mesmo tempo, exige-se o diferente (ARAÚJO, 2007).

No Brasil o multiculturalismo é resultante da mistura das raças: negra, branca e índia, cada um com seus costumes, valores, modos de vida, e da adaptação dessas culturas com as demais.

Fleuri (2003, p. 54) mostra que a sociedade é multiétnica e constituída historicamente a partir de uma grande variedade de culturas. Reconhecer essa diversidade étnica implica saber que os fatores constitutivos das identidades sociais não se caracterizam por uma estabilidade natural imutável, pois as identidades culturais sofrem contínuos deslocamentos ou descontinuidades.

A multiculturalidade é hoje uma realidade no cotidiano escolar. Ser capaz de responder às diversidade racial ou cultural de maneira positiva e socialmente responsável é um desafio que se coloca a todos. Educação Multicultural e o seu contributo para a criação de escolas onde as múltiplas dimensões da diversidade dos alunos são respeitadas, valorizadas e reconhecidas como fator de desenvolvimento pessoal e promotora do próprio sucesso escolar.

Para Fleuri (2003, p. 70) a recuperação das culturas no processo educacional coletivo ou pessoal, possibilitará a interação entre diferentes seres humanos. Apresenta também a

necessidade de se ampliar à visão sobre Educação intercultural, que não se restringe a uma escola em que convivem sujeitos de diferentes etnias, uma vez que nas escolas, convivem simultaneamente diversas culturas de acordo com: gerações, gênero, classe, etnia, capacidades físicas e mentais, entre outras.

Diferenças e diferentes na escola implicam em prática pedagógica que ultrapasse os antigos padrões didático-metodológicos, que alcancem principalmente as diferenças cognitivas. A sensibilidade pode estar no olhar, nos diferentes olhares que o professor permite do seu próprio trabalho e à abertura que ele dá na busca de entendimento dessa diversidade da qual ele faz parte e que, dependendo dos diferentes contextos sociais, ele mesmo critica.

O educador, ao pensar a sua prática em sala de aula, deve, como intelectual, compreender o universo da vida de seus alunos, para que desde o início da relação com seus alunos ele possa refletir sobre sua prática no ambiente escolar. A complexa realidade do aluno deve ser o ponto de partida para seu planejamento, suas discussões em sala, devendo o professor ser capaz de fazer a dialética entre os saberes experimentados pelos alunos e o conhecimento universal historicamente acumulado pela humanidade.

### **2.1.5 As Disciplinas**

O curso é muito importante onde cada matéria estudada tem sua finalidade, mas com uma interdisciplinaridade onde as matérias se juntam e formam um conceito mais amplo de ideias.

Sendo que cada matéria tem sua contribuição:

- Psicologia: contribui para que se entendam os esquemas psicológicos, as próprias emoções, e das pessoas para que se possam compreendê-las.
- Antropologia: contribui para que se conheçam as relações sociais: religião, linguagem, cultura.
- História da Educação: contribui para o conhecimento da educação antiga como eram os métodos adotados pelos professores daquela época.

Desde o início da história da humanidade, tipos de comportamento em relação às pessoas com deficiências eram de eliminação, destruição e menosprezo, caracterizados pelos corpos e suas marcas.

Na visão de Carmo (1991), fosse por necessidade de sobrevivência e superstição, algumas tribos ignoravam, assassinavam ou abandonavam as crianças, adultos e velhos com deficiências e doenças. A vida nômade lhes obrigava essa atitude. Outras tribos acreditavam

em feitiçaria, maus e bons espíritos e por respeito e/ou medo não atentavam contra seus diferentes.

- Filosofia: contribui no aspecto de incentivar a indagar, perguntar, refletir, a sempre buscar aprender cada vez mais coisas novas.

- Sociologia: contribui para a compreensão da sociedade no estudo do comportamento humano.

- Desenvolvimento da Expressão Oral e Escrita: Construções textuais nas diferentes disciplinas, auxiliando também a leitura e interpretação de textos interdisciplinares sobre diferentes aspectos da multiculturalidade.

- Fundamentos da Pesquisa: Serve como suporte teórico no caminhar da pesquisa do projeto interdisciplinar.

- Dimensões Biológicas: Discutir as questões da maturação biológica e da saúde nas diferentes etapas do desenvolvimento humano e suas relações com a aprendizagem.

- Projeto de Pesquisa Interdisciplinar: É ela que engloba, aglutina uni todas as matérias, nos fazendo compreender melhor, ajudando-nos a responder nossa pergunta condutora.

- Educação como fator de Inclusão: Conhecer o que é a inclusão, como estar realizando ela nas salas de aula, integrando o aluno com necessidades educacionais especiais, e não apenas inserir ele no ambiente escolar.

- Metodologia da Alfabetização: Conhecer as metodologias, e assim aprender a elaborar e aplicar em sala de aula.

- Metodologias das artes e Literatura e teatro: Conhecer os métodos artísticos, trabalhando a expressão, gesticulação como fator de ensino, para fazer com que o aluno se conheça e veja suas capacidades artísticas.

- Brinquedoteca e Ludicidade: Soltar a imaginação, estimular as capacidade, tornar mas espontâneo, enfrentar desafios, por fim fazer com que o aluno seja mais confiante a si mesmo.

- Educação Intercultural: Considerar as práticas pedagógicas que tendem a ser homogeneizantes, reconhecendo as diferenças e desigualdades, compreendendo o outro, sem excluí-lo.

- Libras: Conhecer ter conhecimento da Língua Brasileira de Sinais, suas teorias e fundamentos, para conseguir entender as diferenças das pessoas que usam a Libras como língua, e também ter um conhecimento prévio para a comunicação com os mesmos.

## **2.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA FRONTEIRA: ACESSIBILIDADE**

Nesta seção se discute a Educação Especial no país, focalizando a fronteira. Além disso, abordar-se o papel dos educadores para formação das crianças Portadoras de Necessidades Educacionais Especiais (PNEE), fala-se sobre a importância da interação social, destas com as demais crianças, e a possibilidade de inclusão das mesmas no ensino regular.

### **2.2.1 Educação Especial no Brasil**

No século XIX, alguns brasileiros, iniciaram estudos no sentido de promover a educação e atender aos indivíduos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais, seja como iniciativa oficial ou de forma particular inspirando-se no atendimento dos portadores de necessidades especiais da Europa e dos Estados Unidos. Mas, apesar disso é importante lembrar que a inclusão da educação para deficientes teve lugar na política educacional brasileira, no final dos anos 50 e início da década de 60 do século XX, ficando claro assim o atraso do governo em implantar essa modalidade de ensino em nossa sociedade, sendo que a presença dos PNEES na sociedade brasileira, já alcançava níveis elevados.

O quadro relativo à Educação Especial no Brasil até a primeira metade do século XX, por volta de 1950 mostra uma estrutura deficiente, pois apenas 40 (quarenta) estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público funcionam prestando serviços à população nas principais cidades brasileiras.

A dispersão da Educação Especial no Brasil foi atingida através de ações isoladas do governo ou através de ação de pais e responsáveis por deficientes que começaram a associações no intuito de atender as necessidades educativas de seus filhos e com isso a movimentação popular culminou na criação das APAES (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008).

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, porém, nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação. No Brasil Império foram criadas duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em

1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (LOCATELLI, 2009).

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

A Lei nº 5.692/71, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, ao definir “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais.

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de

Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

De acordo com os autores Oliveira e Marques, A Declaração de Salamanca, ocorrida em junho de 1994, na Espanha:

Se constitui hoje a principal referência no desenvolvimento das políticas educacionais em âmbito internacional e nacional, e se pauta pelo princípio de que a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais integra o sistema educacional, tendo a não-segregação (2002, p. 37).

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de integração instrucional que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”. Dessa maneira, mantêm a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial, pois a mesma não provoca uma reformulação das práticas educacionais para que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum.

### **2.2.2 LDB - Lei de Diretrizes e Bases**

O fato de a nova LDB designar um capítulo exclusivo para a Educação Especial parece relevante para uma área tão pouco contemplada, historicamente, no conjunto das políticas públicas brasileiras.

A presença da Educação Especial na Lei certamente cogita crescimento da área em relação à educação geral, nas instituições de ensino, especialmente nos últimos 20 anos. A referência expandida da Educação Especial na nova Lei sinaliza também a presença mais visível da modalidade nas novas discussões, nem sempre haverá profissionais ou serviços especializados, diferentes daqueles apresentados nas escolas. Os discursos da educação para todos e da escola inclusiva se dão num contexto de exclusão social estendida, o que aumenta os desafios para garantir os direitos das pessoas denominadas portadoras de necessidades especiais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental,

em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e no artigo 37 cita: “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”.

Assim, percebe-se que o objetivo da educação no Brasil, após a Lei nº 9394/96 é que pessoas com necessidades especiais ou não estudem em escolas iguais, visto que a pessoa com necessidades especiais tem o direito de ingressar nas escolas regulares assim como ter o apoio de escolas especializadas em suas áreas de necessidades.

De acordo com a legislação citada, defende-se um novo conceito para a Educação Especial, o de Educação Inclusiva garantindo o cumprimento do direito constitucional indispensável de qualquer criação de acesso ao Ensino Fundamental, já que pressupõe uma organização pedagógica das escolas e práticas de ensino que atendam às diferenças entre os alunos, sem discriminações indevidas, beneficiando a todos com o convívio e crescimento na diversidade.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial, o aluno portador de necessidade educacional especial é: aquele que, por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas. (BRASIL, 1994b, p.17).

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da Educação Especial ao Ensino Regular.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001 tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização. Pois este decreto afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, acompanhando o processo de mudança determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001).

Nota-se que as Diretrizes ampliam o caráter da educação especial para realizar o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, não potencializam a adoção de uma política de educação inclusiva na rede pública de ensino.

A Lei nº 10.172/2001 regulamenta o Plano Nacional de Educação – PNE, e destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Portanto ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

A Resolução CNE/CP nº 1/2002, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Com o objetivo de apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento *O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular*, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

No tocante a acessibilidade das pessoas com deficiência, o Decreto nº 5.296/04 regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, que impulsiona a inclusão educacional e social, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Nesse contexto, o Programa Brasil Acessível, do Ministério das Cidades, é desenvolvido com o objetivo de promover a acessibilidade urbana e apoiar ações que garantam o acesso universal aos espaços públicos.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU e da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados-Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão, adotando medidas para garantir que: as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que tenham acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (2008, art.24).

Em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, reafirmado pela Agenda Social, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada. Neste documento é reafirmada a visão que busca superar a oposição entre educação regular e educação especial.

Portanto, o grande desafio é estar atento para garantir que os direitos humanos, assegurados nas leis de um país, de um Estado, de um município, de uma escola e repetidos nos discursos, sejam realmente colocados em prática na vida diária. Pois, acredita-se que a educação inclusiva não se faça somente com atos legais e sim com ações e relações realizadas nos governos, na escola, na sociedade, e para efetivar o compromisso de transformar nossa sociedade injusta e excludente, numa sociedade igualitária.

### **2.2.3 Interação Social das Pessoas Com Necessidades Educacionais Especiais**

Integração é um requisito essencial ao desenvolvimento dos indivíduos nos vários campos sociais. E a criança ao nascer insere-se ao meio social através dos vínculos familiares, os portadores de necessidades especiais devem ser incluídos e recebidos como cidadãos capazes de vivenciar construções significativas e de acordo como Estatuto da Criança e do Adolescente. Art. 15 “A criança e o adolescente tem direito à liberdade, ao respeito à dignidade como seres humanos em processo de desenvolvimento...” e continua no Art. 53: “A criança e o adolescente tem direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa... assegurando-lhes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola...”.

Sendo assim, a integração da criança no ensino regular aponta dois aspectos importantes: O direito legal regido pela constituição e a abordagem científica. A inclusão

dever ser englobada nas problemáticas da escola, da comunidade, e dos educadores para que assegurem esse direito obtido legalmente e socialmente, o que permitiria de fato gerar a inclusão desses indivíduos.

A inclusão escolar envolve, basicamente, uma mudança de atitude face ao Outro: que não é mais um, um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e com o qual convivemos certo tempo, maior ou menor, de nossas vidas. O Outro é alguém que é essencial para a nossa constituição como pessoa e dessa Alteridade é que subsistimos, e é dela que emana a Justiça, a garantia da vida compartilhada (MANTOAN, 2003, p. 81).

O movimento inclusivo pressupõe uma reflexão sobre a educação para todos, tendo em vista que, uma escola democrática deve atender à diversidade, oportunizando mudanças na escola e na formação docente, beneficiando assim, suas demandas socioculturais.

Nesse mesmo sentido, Mantoan (2003) ressalta que a escola precisa mudar, deixar suas práticas excludentes e reconhecer, finalmente, que as pessoas não são categorizáveis, sem discriminações, sem ensino à parte para os mais e para os menos privilegiados.

#### **2.2.4 O Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Física**

O Atendimento Educacional Especializado – AEE é resultado da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e é responsável por: “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”. (SEESP/MEC, 2008). Esse atendimento é realizado em Salas de Recursos Multifuncionais.

São espaços localizados nas escolas de educação básica onde, se realiza o Atendimento Educacional Especializado. Essas salas são organizadas com mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento aos alunos público alvo da educação especial, em turno contrário à escolarização. (ROPOLI, 2010, p. 53).

Em relação à deficiência física as Leis 7.853/89, 10.048 e 10.098/00 da Constituição Federal determinam: “para possibilitar o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, toda escola deve eliminar suas barreiras arquitetônicas e de comunicação, tendo ou não alunos com deficiência nela matriculados no momento”.

No caso de alunos com paralisia cerebral e que apresentam dificuldade na fala e na escrita é necessário conseguir recursos de comunicação alternativa ou aumentativa. Segundo FÁVERO; PANTOJA e MANTOAN (2007. p. 40), “a comunicação alternativa/aumentativa

contempla os recursos e estratégias que complementam ou trazem alternativas para a fala de difícil compreensão ou inexistente (pranchas de comunicação e vocalizadores portáteis)”.

Também são necessários recursos de baixa ou alta tecnologia que facilitam o acesso ao conteúdo pedagógico como “livros digitais, softwares para leitura, livros com caracteres ampliados e facilitadores de escrita, no caso de deficiência física, com engrossadores de lápis, órteses para digitação, computadores com programas específicos e periféricos como mouse, teclado, acionadores especiais, entre outros”. (FÁVERO; PANTOJA e MANTOAN, 2007).

Em relação ao aluno com deficiência física que é o foco deste trabalho, SCHIRMER, (2007, p. 32) destaca que não pode estar em um mundo à parte para desenvolver habilidades motoras. É preciso que ela receba os benefícios tecnológicos e de reabilitação em constante interação com o ambiente ao qual ele pertence. Assim, a inclusão é a melhor maneira do aluno com deficiência física realizar as atividades.

Segundo SCHIRMER (2007, p. 45), o atendimento educacional especializado é que deverá realizar uma seleção de recursos e técnicas adequados a cada tipo de comprometimento para o desempenho das atividades escolares. Assim, esse atendimento deve favorecer a comunicação e a mobilidade do aluno com deficiência física.

Para o desenvolvimento do trabalho especializado os professores das salas de recursos deverão fazer parcerias com outras áreas, como arquitetura, engenharia, terapia ocupacional, fisioterapia, fonoaudiólogo, com objetivo de melhorar o atendimento e recursos disponíveis aos alunos com deficiência física.

## **3 METODOLOGIA**

### **3.1 Caracterização do estudo**

Trata-se de uma pesquisa observacional descritiva na qual os estudos realizados pelo observador (pesquisador) é feito através da observação de modo passivo da ocorrência dos eventos. Possui o caráter descritivo, que é quando observador apenas descreve os eventos ocorridos sem a interferência nos mesmos (FRANZ 2003).

### **3.2 Caracterização da Área**

Ponta Porã localiza-se no sudoeste de Mato Grosso do Sul, faz fronteira com Pedro Juan Caballero – Paraguay, cidades vizinhas com fronteira seca, havendo fortes laços culturais entre as duas cidades.

O título de Princesinha dos Ervais se deve aos extensos ervais nativos encontrados na região após a Guerra do Paraguay, quando a um grupo formado por representantes dos dois países coube redesenhar os limites do território, tarefa que nunca havia sido completada anteriormente à guerra.

Atualmente a economia baseia-se no comércio local, e na rede hoteleira que hospeda os turistas que vêm fazer compras na cidade vizinha de Pedro Juan Caballero.

#### ***3.2.1 Ponta Porã Princesinhas dos Ervais: Aspectos Históricos e Culturais da Fronteira***

A colonização dessa região ganhou impulso após a Guerra Do Paraguai, Laguna Punta Porá, era apenas o nome de um local, às margens de um lago no Paraguai, onde viajantes e carreteiros passavam para refazer suas energias.

Punta Porá foi o primeiro nome da povoação que hoje é constituída pelas cidades de Pedro Juan Caballero e Ponta Porá. “Desta forma, Punta Porá foi o nome dado ao pequeno povoado situado às margens da lagoa de mesmo nome no Paraguai.” (QUINTAS, 2006, p.14) Punta vem do espanhol ponta e Porá de origem guarani com significado de bonito.

O Governo do Estado de Mato Grosso, Dr., Joaquim Augusto da Costa Marques cria o município de Ponta Porá, em 18 de julho de 1912, desmembramento do município de Bela Vista, porém a instalação oficial data de 25 de março de 1913, sendo nomeada pelo governador como primeiro prefeito o Sr. Ponciano de Mattos Pereira (QUINTAS, 2006, p.15).

No começo as habitações eram simples, pequenos casebres de pau-a-pique cobertos por sapé, o comércio era feito principalmente com Concepción, no Paraguai. Com o passar do tempo, o aumento da população, o crescimento do comércio, a chegada das primeiras autoridades, fez com que nascesse um povoado também do lado brasileiro da fronteira. (FREIRE, 1999, p.117)

Em 11 de dezembro de 1919, foi criado pelo Presidente da República Epitácio Pessoa, o então 11º Regimento de Cavalaria Independente agora Regimento de Cavalaria Mecanizada (RC MEC), terreno que foi dado pela Companhia Mate Laranjeira. Tendo como primeiro comandante o Capitão Hipólito Paes de Campos.

O município de Ponta Porã está situado a uma altitude média de 655 metros, ou seja, 655 metros acima do nível do mar. Localizado sobre a Serra de Maracaju no sul do Estado de Mato Grosso do Sul, possuindo dois distritos, Sanga Puitã distante 15 km e Cabeceira do Apa com aproximadamente 65 km de Ponta Porã.

Ponta Porã surgiu entre os campos de erva mate e tendo conseguindo a permissão do Imperador D. Pedro II, começa a exploração dos ervais, transportando a erva em carretas paraguaias, conhecidas na época como carretas-corá. Em 1943 o Presidente Getúlio Vargas cria o Território Federal de Ponta Porã, tendo como a capital a própria localidade, três anos mais tarde é extinto o Território Federal que deixou de ser capital para voltar a ser município de novo. O Território Federal de Ponta Porã era uma área que se estendia entre as margens do Rio Paraguai e do Rio Paraná. Estava localizado no Sul do Estado de Mato Grosso (atualmente Mato Grosso do Sul).

No ano de 1901 foi fundada a primeira escola mista de Ponta Porã, cujo professor foi o Senhor Julio Alfredo Mangini. A educação no município dividiu-se em três redes de ensino: municipal, estadual e privada, tendo como primeira escola municipal a Escola Municipal Soares de França, foi inaugurada em 01 de maio do ano de 1971, na administração do Prefeito Coraldino Sanches, e a primeira escola estadual a Escola Estadual Joaquim Murтинho e primeira privada com denominação colégio Dom Bosco atualmente a Escola Paroquial São José.

Possui uma população de 75.941 (IBGE, 2009), dos quais 89% moram na zona urbana e 11% na zona rural. Tem em sua vegetação a predominância dos campos limpos como característica do município, formado por grandes áreas de gramíneas rasteiras, constituindo as famosas pastagens naturais. O relevo do município é predominante de planalto e apresenta levemente ondulado com sua elevação máxima no distrito de Cabeceira do Apa, seu clima predominante é o clima Tropical de Altitude.

As histórias que são contadas por pessoas geralmente de forma oral, misturam fatos reais e históricos com muita imaginação dos contadores são conhecidos como lendas.

### **3.2.2 Caracterização das Escolas**

A seleção das escolas para a coleta de dados foi realizada de acordo com sua localização, para tanto se escolheu uma escola para diferentes pontos da cidade, sendo assim optou-se por uma escola na região sul, central e norte.

Na região sul, escolheu-se uma escola da rede estadual, a Escola Estadual Professora Geni Marques Magalhães. A escola da rede municipal selecionada para a realização da pesquisa foi a Escola Polo Municipal Ramiro Noronha, localizada na região central e a Escola particular que fez parte da pesquisa foi a Escola Objetivo Magsul que se localiza na região norte. E também para compor a coleta dados escolheu-se á Associação de Pais e Alunos dos Excepcionais (APAE) por atender exclusivamente pessoas com necessidades educacionais especiais.

### **3.3 Desenvolvimento**

Para realização do estudo foi selecionada uma escola municipal, uma estadual, uma particular, e uma entidade que direcionada exclusivamente a pessoas com necessidades educacionais especiais da cidade de Ponta Porã – MS, que atendem discentes no período matutino, vespertino e noturno. E também foram feitas observações nos pontos estratégicos do centro da cidade.

No primeiro momento uma autorização formal, foi firmada por cada Diretora responsável pelas escolas. Foram feitas as avaliações e obtenção de imagens fotográficas (câmera fotográfica digital CASIO Exilim). A avaliação das condições de acessibilidades física foi realizada, tendo como base as diretrizes e normas da NBR-9050: “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), através de uma ficha de avaliação para coleta de dados elaborada pelo autor deste trabalho.

O procedimento de coleta de dados nas escolas, foi realizado durante 2 (dois) dias e no Centro da cidade essa coleta foi feita em um dia, onde observaram-se os pontos estratégicos: estacionamentos, ponto de ônibus, prédios públicos, calçadas, entre outros.

Para apreciação dos resultados, estes são apresentados de forma descritiva, com a utilização de algumas imagens fotográficas obtidas no campo de estudo.

## 4 RESULTADOS

A pesquisa foi realizada nas escolas com o intuito de se observar até que ponto a lei da acessibilidade vem sendo respeitada tanto no espaço educacional como em outros espaços onde o deficiente físico circula. Em se tratando de escola, acredita-se que a verdadeira inclusão está vinculada à utilização de adaptações, do ensino e do manuseio e posicionamento adequado ao professor. Pode-se ainda acrescentar a necessidade do professor conhecer melhor as capacidades de seu aluno deficiente físico, através do auxílio da equipe multidisciplinar. Em relação à arquitetura das escolas, há realmente a necessidade de mudanças, através de maiores investimentos públicos e uma maior ligação entre a direção da escola e governo, pois de acordo com o que foi observado, ainda há muito a se fazer.

### 4.1 Acessibilidade na Fronteira

Foram visitados diversos pontos da cidade, agências bancárias, locais públicos, fotografaram-se calçadas para que se pudessem indicar as adaptações existentes, as dificuldades que podem ser enfrentadas pelo deficiente físico e o desrespeito que muitas pessoas demonstram em relação ao direito do deficiente. Os espaços estão sendo gradativamente adaptados.

Figura 2. Câmara Municipal



Fonte: Arquivo pessoal

Em frente à Câmara Municipal de vereadores encontrou-se o estacionamento destinado aos deficientes com sua placa indicativa, calçada com rebaixamento e rampa de acesso com corrimão na entrada do edifício para que o cadeirante possa adentrar no plenário.

Figura 3. Igreja Matriz – centro da cidade



Fonte: Arquivo pessoal



Fonte: Arquivo pessoal

A porta lateral da igreja matriz (católica), no centro da cidade, possui rampa de acesso, bem como calçada com rebaixamento em frente ao portão lateral. As mesmas condições de acessibilidade são encontradas diante da porta principal da igreja.

As agências bancárias também foram visitadas:

Figura 4. Caixa Econômica Federal



Fonte: Arquivo pessoal



Fonte: Arquivo pessoal

Em frente à Caixa Econômica Federal há calçada com rebaixamento e rampa de acesso com corrimão na entrada da agência, bem como estacionamento privativo para

deficientes. No entanto, observou-se que as pessoas utilizam a vaga no estacionamento mesmo sem ter qualquer tipo de limitação e colocam seus veículos diante das calçadas com rebaixamento impedindo a passagem de cadeira de rodas.

Figura 5. Banco Itaú



Fonte: Arquivo pessoal

Fonte: Arquivo pessoal

Em frente à agência do banco Itaú, não há calçada com rebaixamento como também não há estacionamento privativo para deficiente. A porta possui adaptação e rampa de acesso. A falta de acesso do estacionamento para a calçada desrespeita o direito do deficiente físico em seu direito comum de usufruir de bens e serviços como todos os cidadãos.

Figura 6. Banco Bradesco



Fonte: Arquivo pessoal

Fonte: Arquivo pessoal

O Banco Bradesco disponibiliza vaga no estacionamento com sinalização utilizando o símbolo internacional de acesso para deficientes e possui calçada com rebaixamento, enquanto a porta da agência não apresenta obstáculo para que o cadeirante possa adentrar ao seu interior. Desse modo, o deficiente pode locomover-se com autonomia e ter acesso aos mesmos bens e produtos que os demais cidadãos.

Figura 7. Banco do Brasil

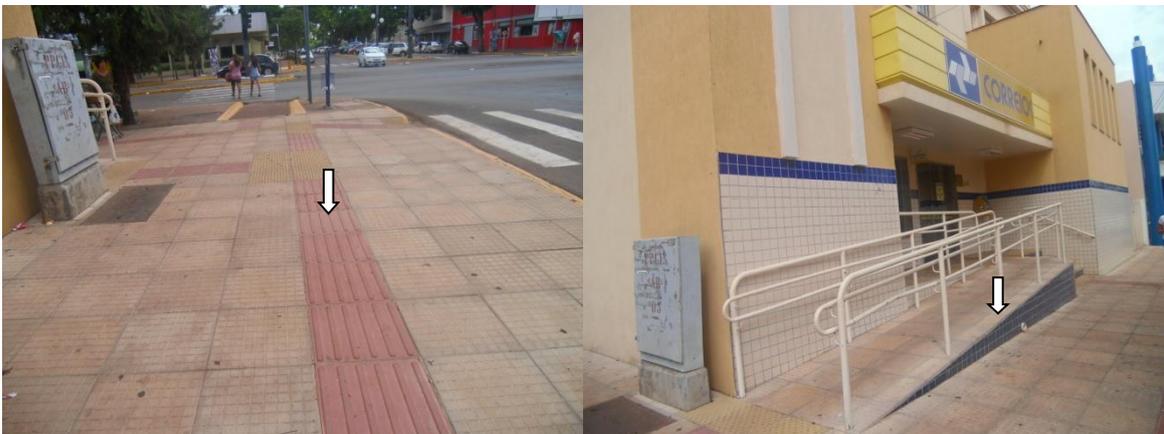


Fonte: Arquivo pessoal

Fonte: Arquivo pessoal

Recentemente reformada, a agência do Banco do Brasil, fez as adequações de acessibilidade tanto para deficientes físicos quanto visuais, com rampas e calçadas com texturas e cores diferenciadas, bem como calçadas rebaixadas, respeitando a Lei da acessibilidade.

Figura 8. Agência dos Correios

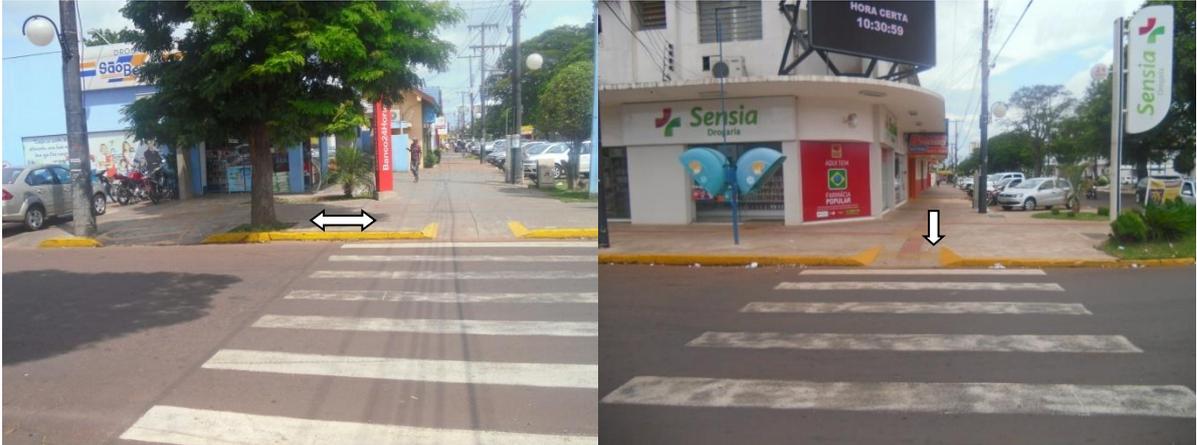


Fonte: Arquivo pessoal

Fonte: Arquivo pessoal

A agência dos correios também passou por recente reforma, sendo feitas todas as adaptações para que os deficientes possam locomover-se para seu interior de forma autônoma e segura, oferecendo condições de acessibilidade arquitetônica como direito humano das pessoas com deficiência. No seu entorno foram feitas adaptações nas calçadas rebaixando-as para facilitar o acesso de cadeira de rodas

Figura 9. Farmácias



Fonte: Arquivo pessoal

Fonte: Arquivo pessoal

As farmácias são exemplos de estabelecimentos comerciais que possuem calçadas rebaixadas em seu entorno e portas adaptadas de acordo com a Lei que permitem o livre acesso de cadeira de rodas.

Figura 10. Calçadas

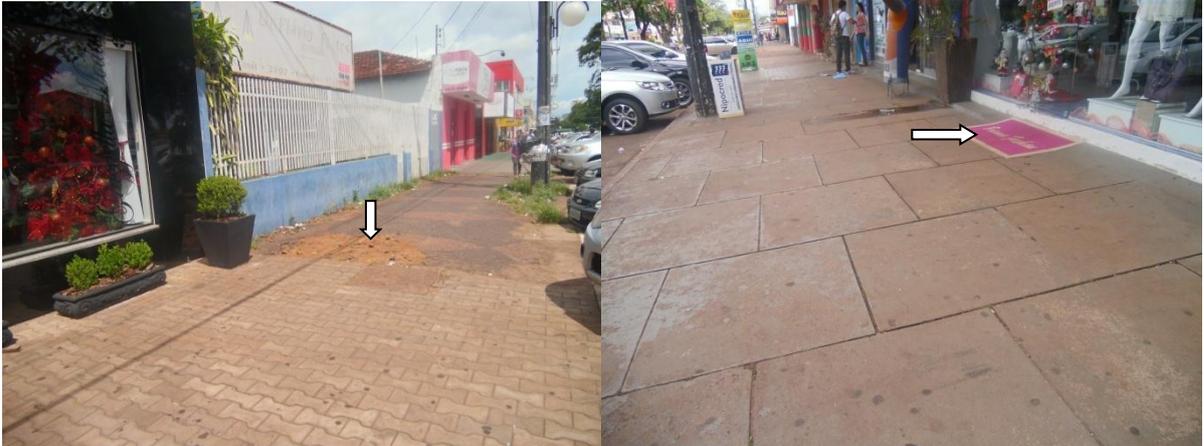


Fonte: Arquivo pessoal

Fonte: Arquivo pessoal

A maioria das calçadas já possui rebaixamento, entretanto, muitos motoristas desrespeitam esse espaço de acessibilidade do deficiente. Enquanto essa situação permanecer, as pessoas com deficiência terão dificuldades para exercerem plenamente sua cidadania, continuarão excluídas socialmente. Direitos essenciais garantidos em Lei como dignidade da pessoa humana, igualdade, liberdade de locomoção e inclusão social permanecerão sendo desrespeitados enquanto todos os cidadãos não se conscientizarem dos direitos do outro. Além do desrespeito observaram-se também outros obstáculos que dificultam a vida do usuário de cadeira de roda, como buracos nas calçadas e degraus nas portas dos estabelecimentos comerciais (fig 11).

Figura 11. Buracos e degraus



Fonte: Arquivo pessoal

Fonte: Arquivo pessoal

Os buracos e os degraus representam uma grave barreira que dificulta o acesso de deficientes físicos a diversos ambientes. Assim, acredita-se que cabe ao poder público dar condições de livre circulação a todos os cidadãos com ou sem limitações nas calçadas e realizar campanhas de conscientização no comércio local para que a entrada nos estabelecimentos seja possível com a construção de rampas de acesso.

Figura 12. Telefones públicos e pontos de ônibus



Fonte: Arquivo pessoal

Fonte: Arquivo pessoal

Os telefones públicos estão com altura irregular, dificultando a sua utilização por cadeirantes, não foi encontrado nenhum telefone público com altura adequada para uso de alguém que esteja em uma cadeira de rodas. O ponto de ônibus também não possui calçada rebaixada. Rebaixamento de calçadas e telefones públicos acredita-se que sejam também de responsabilidade do poder público.

Figura 13. Rodoviária



Fonte: Arquivo pessoal



Fonte: Arquivo pessoal

A rodoviária também teve seus espaços adequados para facilitar a mobilidade e locomoção de deficientes que utilizam o transporte rodoviário intermunicipal e interestadual, foram colocadas rampas e piso com diferentes texturas e cores.

Silva (2006) considera as barreiras arquitetônicas como os maiores empecilhos para a acessibilidade do deficiente físico que faz uso de cadeira de rodas, bengalas ou muletas para se locomover. Para o autor tais barreiras nem sempre são voluntárias, mas sem dúvida, são frutos do imenso descaso e da não obediência às leis vigentes.

Observou-se que o município tem buscando fazer as adequações arquitetônicas necessárias para garantir a acessibilidade e a inclusão, entretanto, não cabe somente ao poder público buscar alternativas, mas todas as pessoas devem conscientizar-se e tomar atitudes diferentes que demonstrem respeito às diferenças.

#### 4.2 Acessibilidade nas Escolas

A luta pela inclusão tem sido nos últimos anos uma constante e fazer com que ela aconteça nas escolas, vem provocando sérias discussões por parte de muitos que acreditam que a diferença não é um percalço para que a construção do saber seja destinada apenas àqueles considerados ditos “normais”.

Segundo Carvalho, a declaração de Salamanca diz que:

Independente das condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras, todos devem ser recebidos em todas as escolas. Uma escola que inclua a todos, que reconheça a diversidade e não tenha preconceitos contra as diferenças, que atenda as necessidades de cada um, promovendo a aprendizagem (2000, p. 45)

Partindo desse pressuposto a inclusão busca vencer as barreiras de cunho arquitetônico, quanto aos pedagógicos deve ser uma luta de todos. Os desafios da inclusão são muitos, haja vista que a sociedade sempre foi idealizada para os “normais”.

#### 4.2.1 Escola Estadual Professora Geni Marques Magalhães

Durante a visita à Escola Estadual Professora Geni Marques Magalhães foram tiradas fotos dos diversos ambientes onde os alunos circulam para que se pudesse ilustrar a presença ou não de barreiras arquitetônicas que dificultariam a locomoção de um deficiente físico na instituição.

Figura 14. Entrada da Escola



Fonte: Arquivo pessoal

Fonte: Arquivo pessoal

A calçada em frente ao portão de entrada é rebaixada e também há um telefone público em frente ao colégio, cuja altura é inadequada à utilização deste por deficiente físico que usa cadeira de rodas.

Figura 15. Entrada principal



Fonte: Arquivo pessoal

Fonte: Arquivo pessoal

Logo na entrada percebe-se que o piso não é rebaixado para facilitar o acesso de cadeirante, e tampouco possui diferentes texturas e cores, no entanto, o piso interno, no corredor que leva ao interior da escola é liso e escorregadio, além de haver uma grade que pode ser considerada como uma barreira que dificulta a locomoção de alguém que utiliza cadeira de rodas.

Figura 16. Entorno das salas de aula



Fonte: Arquivo pessoal



Fonte: Arquivo pessoal

No entorno das salas existem umas valas que se acredita serem para escoar a água da chuva e pequenos degraus próximos às portas que impossibilitariam a locomoção de um cadeirante com autonomia.

Figura 17. Bebedouros e refeitório



Fonte: Arquivo pessoal



Fonte: Arquivo pessoal

O bebedouro possui espaço inferior livre que possibilitaria a aproximação da cadeira de rodas, no entanto a altura das torneiras é uma dificuldade a ser enfrentada pelo cadeirante, assim como a altura da bancada do refeitório. Nessas condições arquitetônicas não é possível ao deficiente físico em cadeira de rodas pegar seu alimento.

Figura 18. Quadra e pátio



Fonte: Arquivo pessoal

Fonte: Arquivo pessoal

No acesso à quadra de esportes há um pequeno degrau e o pátio apresenta vários desníveis no solo que poderiam causar acidentes com a cadeira de rodas. Nesse ambiente, o aluno que utiliza cadeira de rodas necessitaria sempre de alguém para auxiliá-lo, tornando-o dependente e prejudicaria sua autonomia.

Figura 19. Palco para apresentações e estacionamento



Fonte: Arquivo pessoal

Fonte: Arquivo pessoal

O palco não tem rampa de acesso, somente degraus. Assim, uma pessoa na cadeira de rodas não conseguiria subir ao palco para se apresentar e no estacionamento não há vagas reservadas para deficientes, nem calçamento, ou seja, um cadeirante não poderia locomover-se entre as pedras ali existentes.

Figura 20. Banheiros



Fonte: Arquivo pessoal

Fonte: Arquivo pessoal

O banheiro adaptado possui barras de apoio laterais e posterior e não há espaço lateral para transferência da cadeira para o vaso e vice-versa. Desta forma, há dificuldade para a criança utilizar o banheiro de forma independente.

A diretora da escola informou que as adaptações serão feitas assim que a verba para a reforma da escola for liberada pelo governo do Estado, pois a escola não é reformada já faz muito tempo.

#### 4.2.2 Escola Polo Municipal Ramiro Noronha

Na Escola Polo Municipal Ramiro Noronha não foi possível tirar fotos de todos os espaços, pois a diretora não foi encontrada para autorizar o registro de imagens dos ambientes e a secretária da instituição não pôde autorizar esta ação da pesquisa, portanto somente algumas fotos puderam ser registradas.

Figura 21. Entrada



Fonte: Arquivo pessoal

A escola possui duas entradas, no entanto, foi possível fotografar somente uma delas, que não tem calçada rebaixada nem rampa. A entrada lateral possui rampa e calçada rebaixada.

Figura 22. Bebedouro e refeitório



Fonte: Arquivo pessoal



Fonte: Arquivo pessoal

O bebedouro não possui espaço inferior que possibilite a aproximação de cadeira de rodas e o acesso ao refeitório possui degrau. Em ambos, os espaços não há a possibilidade de acesso de um cadeirante de forma autônoma.

Figura 23. Banheiro



Fonte: Arquivo pessoal

No banheiro masculino não há banheiro adaptado e não foi possível observar o banheiro feminino.

A escola possui três pavilhões de salas de aula, no entanto não possível fotografá-los para mostrar o acesso às salas; mesmo assim, observou-se que no primeiro pavilhão, as salas

estão em solo mais elevado e que próximo à secretaria há uma rampa para o acesso a essas salas. Já no segundo e terceiro pavilhões não há degraus que impossibilitem a entrada de cadeira de rodas.

Não foi possível saber se há projeto de reforma para adequação à Lei da acessibilidade na escola.

#### 4.2.3 Escola Objetivo Magsul

A Escola Objetivo Magsul localizada na região norte, atende alunos desde o maternal ao Ensino Médio, respeitando as diferenças e procurando realizar as adequações que se fazem necessárias para atender de forma igualitária a todos que ali se fazem presentes.

Figura 24. Entrada



Fonte: Arquivo pessoal

Fonte: Arquivo pessoal

Na entrada da escola há calçada rebaixada, rampa de acesso com barras de ferro nas laterais para apoio de quem utiliza a rampa.

Figura 25. Biblioteca e salas de aula



Fonte: Arquivo pessoal

Fonte: Arquivo pessoal

Todas as salas possuem rampa de acesso, assim como a biblioteca que possui proteção lateral e corrimão.

Figura 26. Laboratórios de química e de informática

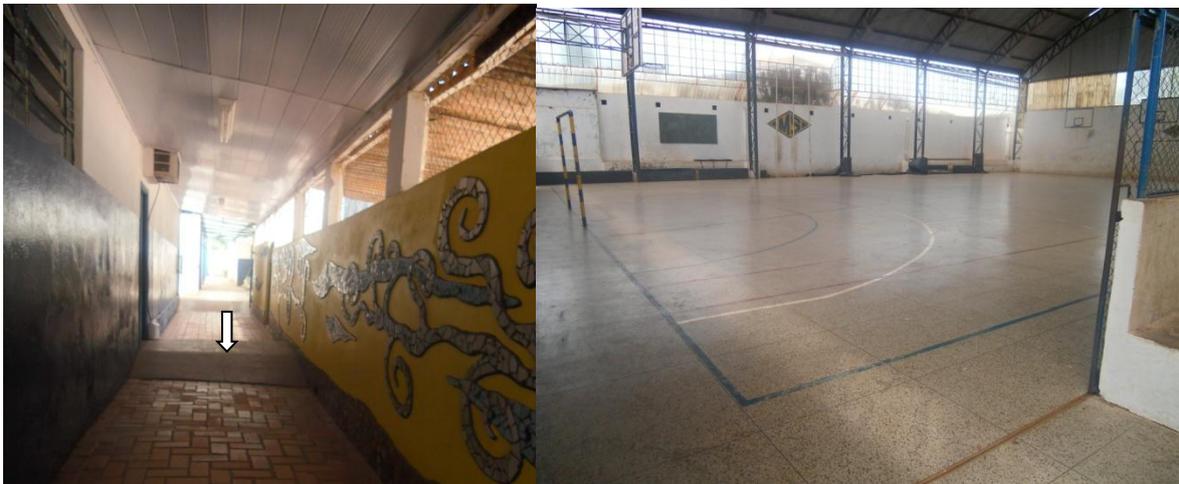


Fonte: Arquivo pessoal

Fonte: Arquivo pessoal

O acesso aos dois laboratórios possui rampas de acesso, facilitando a entrada de alunos cadeirantes.

Figura 27. Acesso e quadra de esportes



Fonte: Arquivo pessoal

Fonte: Arquivo pessoal

O acesso à quadra de esportes possui rampa e a entrada da quadra não possui nenhum tipo de barreira arquitetônica que impossibilite a entrada de cadeira de rodas.

Figura 28. Banheiro



Fonte: Arquivo pessoal

Fonte: Arquivo pessoal

O banheiro adaptado possui barras de ferro na lateral e atrás do vaso sanitário, possui também, espaço lateral para posicionar a cadeira de rodas e facilitar a transferência da cadeira para o vaso e vice-versa.

Figura 29. Auditório



Fonte: Arquivo pessoal

O acesso ao auditório da escola se dá apenas por degraus. É um dos poucos espaços encontrados na instituição que ainda não foi adequado de modo a permitir a acessibilidade de forma autônoma da pessoa cadeirante. Onde para o cadeirante adentrar vai ser apenas pela porta de emergência ficando ao lado do palco, sem muita locomoção.

#### 4.2.4 Centro de Educação Especial de Ponta Porã – APAE

O Centro de Educação Especial de Ponta Porã – APAE, localiza-se na região central de Ponta Porã e tem por objetivo oferecer oportunidades de experiências de aprendizagem e o reconhecimento dessas aprendizagens, sem discriminação de espaço e organização em que a mesma ocorre.

Figura 30. Entrada



Fonte: Arquivo pessoal

Fonte: Arquivo pessoal

A entrada principal da APAE possui calçada rebaixada para acesso ao seu interior de pessoas que utilizam cadeira de rodas ou não.

Figura 31. Telefone público



Fonte: Arquivo pessoal

O telefone público tem altura adequada para que um cadeirante possa utilizá-lo.

Figura 32. Quadra de esportes e piscina



Fonte: Arquivo pessoal



Fonte: Arquivo pessoal

O acesso à quadra e à piscina não apresenta degraus, apenas leves desníveis, mas que não se configuram em barreira arquitetônica que impeça o cadeirante de se locomover no local.

Figura 33. Pátio interno e externo



Fonte: Arquivo pessoal



Fonte: Arquivo pessoal

O pátio interno possui piso liso sem texturas ou cores diferentes e o pátio externo é gramado com um parque onde há areia.

Figura 34. Banheiro



Fonte: Arquivo pessoal

Fonte: Arquivo pessoal

O banheiro não é adaptado, não possui barras de ferro para apoio. Assim, não é possível que o deficiente que utiliza cadeira de rodas possa utilizá-lo sozinho.

A diretora da APAE informou que já foi liberada uma verba para reforma do prédio da instituição, mas que essa verba não chegou até a associação, que haverá nova liberação de verba para as ONGS de acordo com o novo decreto da Presidente Dilma Russel e ela espera que dessa vez o dinheiro venha para a realização da tão esperada reforma e melhoria da edificação que abriga a APAE de Ponta Porã.

De acordo com o que foi observado e fotografado, entende-se que as mudanças estão ocorrendo, no entanto, há muito a se fazer, pois nem todas as escolas estão adaptadas de forma adequada para receber alunos com deficiência física e até mesmo o Centro de Educação Especial encontra-se sem todas as adaptações necessárias.

As atitudes precisam ser tomadas, não há como manter discursos hierarquizados para que não se saia da zona de conforto, pois se as escolas ainda se encontram sem todo o preparo físico, arquitetônico, deve-se sim primar pela inclusão buscando uma escola com espaço de qualidade para todos, como Carvalho cita:

Para remover barreiras para a aprendizagem e para a participação garantida a todos, essa acessibilidade é preciso pensar em todos os alunos enquanto seres em processo de crescimento e desenvolvimento e que vivenciam o ensino-aprendizagem segundo suas diferenças individuais (CARVALHO, 2000, p. 61).

Diante deste contexto urge no meio educacional a identificação com profissionais da educação, que, segundo Carvalho (2000) tenham condições de transformar as

salas de aula em ambiente de prazer juntamente com todos os alunos que são cúmplices da aventura do aprender a aprender e aprender a pensar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que a verdadeira inclusão está vinculada à utilização de adaptações, do ensino e do manuseio e posicionamento adequado ao professor. Pode-se ainda acrescentar a necessidade do professor conhecer melhor as capacidades de seu aluno deficiente físico, através do auxílio da equipe multidisciplinar. O olhar do professor deve estar focado em trabalhar com as diferenças, de modo a conhecê-las e valorizá-las; deve buscar formas de quebrar a cultura do silêncio, para que esses alunos possam falar e ser ouvidos, estabelecer diálogos pedagógicos que permitam reflexão e menos exclusão, aquele que não se adequa ao que está posto. Em relação à arquitetura das escolas, há realmente a necessidade de mudanças, através de maiores investimentos públicos e uma maior ligação entre a direção da escola e governo.

A pesquisa mostrou que existem diversas barreiras arquitetônicas no município e nas escolas que ferem a legislação e lesam o deficiente físico, cadeirante, no seu direito a acessibilidade aos bens e serviços disponíveis na sociedade, tais como, buracos nas calçadas, falta de calçadas rebaixadas e rampas, entre outros. No entanto, também se observa uma crescente preocupação em realizar as adequações necessárias para que se possa garantir aos deficientes o seu direito assegurado em Lei.

Enfim, pode-se afirmar que o caminho que está sendo trilhado é o caminho certo, ou seja, a garantia de acessibilidade arquitetônica é essencial quando se quer garantir a igualdade, a liberdade de locomoção, a inclusão social e, enfim, a dignidade humana às pessoas com deficiência, competindo à sociedade e ao Estado protegê-los e assegurar-lhes o respeito aos seus direitos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Francisca Socorro, **Multiculturalidade**. Publicado em: 30/10/2007. Disponível em: <http://www.infoescola.com/sociologia/multiculturalidade/> Acesso em: 22/10/2012

BARTNIK, Helena Leomir de Souza. **As relações de poder e a organização do trabalho pedagógico**. Revista Ciência & Opinião/ Centro Universitário Positivo. Núcleo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. v.1 n.1 (jan./jun. 2003) Curitiba: UnicenP, 2003

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961)**. Brasília: 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 5.692**, de 11 de agosto de 1971

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

BRASIL Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca** e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. **DECRETO Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Brasília: MEC/SEESP, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial**. 2ª ed. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o **Plano Nacional de Educação** e dá outras providências.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002**. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.296 , de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098. Brasília: MEC/SEESP, 2004

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em 10/09/2012.

BRASIL. **Decreto nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008. CNE/CEB. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP (FEU), 1999).

CARMO, A. A. do. Educação Comum e especial: discursos diferentes e uma mesma prática excludente. In: MARQUEZINE, M C et al. **Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial**. Londrina: UEL, 1998, p. 391 – 398. 1998.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

COLL. César; MARCHESI. Alvaro; PALACIOS; Jesus. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2004. 27.

**CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA.** Guatemala, 1999.

**CONVENÇÃO SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA COMENTADA.** Coordenação de Ana Paula Crosara Resende e Flavia Maria de Paiva Vital \_ Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

FÁVERO, E. A. G; PANTOJA, L. M. P; MANTOAN, M. T. E. **Aspectos legais e orientação pedagógica.** – São Paulo: MEC/SEESP, 2007

FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). **Educação intercultural: mediações necessárias.** Rio de Janeiro: DP& A. 2003.

FRANZ, V. R. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** Rio de Janeiro: Vozes, Petrópolis, 2003.

FREIRE, João Portela. **Terra, Gente e Fronteira.** Ponta Porã: Borba, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

LOCATELLI, A. C. D. **Fundamentos da educação especial: pedagogia** – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MACHADO, Cristina Gomes. **Multiculturalismo: muito além da riqueza e da diferença.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, F. D.; MARQUES, L. P. **Inclusão: os sentidos nas/das dissertações e teses. Temas sobre Desenvolvimento**, v.12, n.70, p.25-32, set/out, 2002.

PRAIS, Maria de L. Melo. **Administração colegiada da escola pública.** Campinas: Papirus, 1994.

QUINTAS, José Manoel Richard. **Ponta Porã em foco.** 2. ed. Ponta Porã: Borba, 2006.

ROPOLI, E. A. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SCHIRMER, Carolina R. et, al. Atendimento Educacional Especializado: **Deficiência Física**. MEC/SEESP, 2007

SILVA, A. F. et al. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2006.